

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESFERA PÚBLICA

Sandra Olades Martins Venturelli¹

RESUMO

Este artigo apresenta a concepção de esfera pública burguesa elaborada por Jürgen Habermas em determinado contexto histórico, assim como a esfera pública proletária nos fundamentos de Oskar Negt & Alexander Kluge. Tanto a esfera pública burguesa quanto a esfera pública proletária passam por transformações ocasionadas pelo surgimento da imprensa e por acontecimentos na sociedade civil, contrapostos ao mercado e ao Estado. A atuação e integração de ambas as classes ao sistema capitalista e às mídias contribuíram para que as análises destes pensadores ampliassem o conceito de esfera pública, quer seja da burguesia ou da classe operária. A partir de uma fundamentação teórica demonstra-se a relevância de uma discussão sobre as implicações de uma esfera pública.

PALAVRAS-CHAVE: Esfera pública. Jürgen Habermas. Emancipação.

1. INTRODUÇÃO

O filósofo alemão Jürgen Habermas, considerado um dos mais influentes da contemporaneidade, inicia uma discussão sobre a esfera pública em sua obra *Mudança estrutural da Esfera Pública*, publicada em 1969, com a intenção de apreender a sua evolução ao longo da história das idéias políticas e segue com o assunto até os dias atuais.

A esfera pública é caracterizada como um espaço de mediação entre o campo das relações privadas e o Poder Público. Na sua origem, trata-se de um espaço independente do Estado, que tem como objetivo principal discutir racionalmente as

¹ Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Filosofia Clínica pela Faculdade João Bagozzi e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua como professora do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) e na Faculdade Católica de Uberlândia. E-mail: sandraolades@yahoo.com.br

questões de interesse privado (da burguesia), mas que, pela relevância destes interesses, acabam se transformando em questões de interesse público. E sendo relevantes publicamente, estas demandas ganham conotação política, razão pela qual a esfera pública burguesa assume função política.

As transformações pelas quais passa a esfera pública dentro da perspectiva de Habermas podem ser divididas em três momentos: o primeiro, corresponde aos interesses privados da nobreza no tocante à construção da esfera pública; o segundo, constitui-se pelo estabelecimento da esfera pública burguesa, no qual a racionalidade e a reflexão a respeito dos interesses da burguesia seriam os parâmetros de sua construção; e, no terceiro momento, se processaria uma refeudalização da esfera pública, ou seja, ocorreria uma interpenetração entre interesses públicos e privados. No entanto, os interesses privados, agora seriam daqueles que detêm os meios de comunicação de massa ou que têm influência sobre eles.

Habermas chama a atenção para o importante papel que a imprensa desempenha dentro da esfera pública. Para ele, a imprensa passa, historicamente, a ser um espaço privilegiado para a formação da opinião pública, uma vez que consegue atingir grande número de pessoas. No jornalismo veiculado via internet, televisão, rádio, jornais e revistas se formaria uma gama suficientemente diversificada de formas de abordar a notícia, com conteúdos diversos, e possibilidades de ilustrar o cidadão com opiniões capazes de lhe dar condições de efetivamente tomar decisões. A mídia e o jornalismo propriamente dito constituem-se desta forma, elementos fundamentais na formação da esfera pública.

2. SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Os conceitos de “esfera pública”, “espaço público”, “público” e “privado” são empregados desde a Antiguidade até os dias atuais. No entanto, nota-se que a tensão entre o público e o privado se intensifica à medida que as sociedades tornam-se mais complexas, pois esta dicotomia não aparece claramente em sociedades mais primitivas.

Ao longo da Idade Média, as categorias de público e privado também foram transmitidas nas definições do Direito Romano; a esfera pública era vista como *res pública* e teve efetiva aplicação processual jurídica com o surgimento do Estado

moderno. No período feudal, aparecem como *privatus* - o domínio do senhor, ou seja, o poder fundiário - e como *publicus* - atributos de soberania. A representatividade pública feudal caracterizava-se pelo uso público da razão, e assim, por princípios de crítica, de transparência e de igualdade perante o povo. Tal publicidade de representação era inseparável da existência concreta do representado e aparecia como marca de *status*, sendo que não se caracterizava como uma esfera de comunicação política porque nela imperava a simples participação aclamativa da população. Ocorre uma neutralidade entre o público e o privado, pois uma esfera social autônoma não tinha ainda sido constituída.

A distinção entre público e privado reaparece novamente na modernidade com a separação entre sociedade e Estado. A família, o trabalho e os negócios são espaços privados, e a política e o Estado são públicos. A família, enquanto origem da privacidade, defende sua interioridade livre e satisfeita e mantém o *locus* da subjetividade; nela encontra-se o pai de família, aquele mesmo homem que representa também o social, compra e vende mercadorias e se mantém como homem de negócios; esta constituição se refere apenas à família burguesa. Esta esfera privada da família é o ponto de partida para a retrospectiva histórica de nossa questão. De acordo com Habermas, a esfera íntima da pequena-família burguesa tem papel importante no desenvolvimento da intelectualidade pública.

As pessoas privadas que se constituem num público não aparecem 'na sociedade'; toda vez elas, por assim dizer, destacam-se primeiro em relação ao pano de fundo de uma vida privada que ganhou forma institucional no espaço fechado da pequena-família patriarcal. Este é o local de uma emancipação psicológica que corresponde à emancipação político-econômica (HABERMAS, 1984, p. 62).

O caráter patriarcal é predominante na esfera íntima da família; os homens são os chefes de família, aquele que a governa, sustenta e representa na vida social. O lar e a família são distintos dos interesses econômicos, sendo estes também representados pelos homens.

Ainda na esfera privada temos também o *locus* do trabalho social e dos negócios, sendo o lugar onde os indivíduos se comunicam socialmente e se integram na divisão social do trabalho, neste espaço ocorre a socialização e o reconhecimento das capacidades e habilidades dos sujeitos, seja na empresa, fábrica ou escritório, são manifestações de características públicas, mas que permanecem no âmbito privado.

O público e o privado passam por novas transformações e ocorre uma interpenetração entre as duas esferas a partir do século XIX, pois o Estado e a sociedade se misturam em suas funções. Deste modo, verifica-se que novas dimensões para os termos *público* e *privado* envolvendo os conceitos de esfera pública e esfera privada sempre aparecem e, com eles, novos comportamentos sociais. O tempo histórico, o espaço social, a linguagem corrente, as ciências políticas e sociológicas, os debates judiciais e várias outras noções correlatas (público leitor, opinião pública, publicidade, poder público, etc.) contribuem para a multiplicidade de significados do que possa ser chamado de público e privado.

Habermas acredita que “o que é submetido ao julgamento do público ganha publicidade”. O privado está para privacidade assim como o público está para publicidade, na medida em que, por exemplo, publicar é tornar algo público, mas devido à ambigüidade do termo *publicidade* que, em certas línguas remete-nos à propaganda, alguns tradutores optam por expressões como “espaço público” e “esfera pública” ao se depararem com o termo alemão “*Öffentlichkeit*”.

Literalmente, a *Öffentlichkeit* é a “publicidade”, que por sua vez traduz *Publizität*, termo empregado no sentido do caráter público dos debates judiciais e, de modo geral, no sentido de um procedimento que garanta acessibilidade para um público em princípio irrestrito e crítico. Deste modo, ela aparece de maneira figurada, na qual significa a propriedade comum a todas as questões que são abertas, disponíveis e acessíveis.

Habermas utiliza *Öffentlichkeit* ao referir-se a “esfera pública” e a “público” como espaços públicos que são acessíveis a qualquer um. Ele mesmo esclarece que “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas.” (HABERMAS, 1984, p. 14)

O setor público contrapõe-se ao privado, porém, neste também está abrangida a “esfera pública” propriamente dita. A esfera pública, afirma Habermas, é a “esfera de pessoas privadas reunidas em um público”, ou seja, é uma esfera pública formada por pessoas privadas. A esfera pública é fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, e em algum momento, como nos revela Gomes, ela se torna o próprio espaço público:

a *Öffentlichkeit* é a propriedade comum àquilo que é disponível, acessível, sem reservas, é a condição das coisas e fatos naquilo que neles é aberto, visível, exposto. A *esfera pública*, entretanto, antes que o domínio a que é pertinente tudo aquilo que é público, acaba sendo entendida como a arena pública, o *locus* onde se processa a conversa aberta sobre os temas de interesse comum, o espaço público. (GOMES,2006, p.55)

Este *locus* ganha uma dimensão política dentro de um espaço institucionalizado para decisões importantes, Demirovic nos esclarece que este espaço é “o espaço da política e do governo e das decisões compulsórias, onde *citoyens* podem e devem afirmar sua influência por meio de argumentos racionais.” (DEMIROVIC, 2004, p.83)

Na esfera pública, as pessoas podem discutir, avaliar e analisar suas idéias, esse espaço está diretamente ligado ao discurso, e não necessariamente ao espaço físico, assim, pode estar fora do sistema, do governo, da Igreja, da escola. A partir do Estado moderno este espaço passa a ser influenciado pelas grandes corporações e pelo poder da mídia, que usam de estratégias de poder e de dominação.

3. A ESFERA PÚBLICA BURGUESA

O movimento iluminista representa o berço para a formação de uma sociedade burguesa que se constituía enquanto uma nova classe² estruturada de modo único e pioneiro em toda história: ela era privada e independente do Governo. Este período histórico foi marcado pela grande efervescência social causada pelos pensadores iluministas que, mesmo sem consciência de seu poder de transformação, conseguiram abalar as estruturas vigentes nos âmbitos político e religioso e inaugurar os tempos modernos.

Naquele período, havia uma dicotomia estabelecida entre Estado e sociedade civil, de modo que cada parte defendia a sua ordem; de um lado, o domínio político, de outro o domínio moral; um não interferia de modo direto sobre o outro. Os membros da sociedade burguesa não tinham poderes políticos e não imaginavam que o domínio político seria o caminho para as revoluções latentes; pelo contrário, acreditavam que o

² Cf. Koselleck “A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo.” p.9

Estado deixaria de existir e com ele todos os males políticos, o que levaria a ordem moral a assumir todos os domínios.

O público representante da ordem moral se reunia para discutir seus assuntos privados, mas sempre que o Estado Absolutista abusava de suas decisões políticas, este era submetido a pesadas críticas, que não tinham teor político, precisamente devido à especificidade do âmbito das quais elas saíam. De acordo com Habermas, “o processo crítico, que as pessoas privadas que raciocinam publicamente avançam contra a dominação absolutista, entende a si mesmo como apolítico: a opinião pública quer racionalizar a política em nome da moral.” (HABERMAS, 1984, p.126)

A separação entre os âmbitos de domínio moral e de domínio político condiciona a crítica ao Estado e valida uma intervenção indireta do poder, pois mesmo que a esfera moral não possuísse legitimidade política, ela tinha poderes de legislação moral, conforme nos esclarece Koselleck:

A moral civil torna-se um poder público, que só age espiritualmente, mas cujo efeito é político, pois obriga o cidadão a adequar suas ações não só às leis do Estado mas, sobretudo, à lei da opinião pública. Assim, cria-se um novo acesso à distinção entre moral e política, a partir de um exemplo que, por causa da crescente influência inglesa no continente, viria a ter grande importância. (KOSELLECK, 1999, p. 55)

Apesar das limitações impostas à sociedade civil, a esfera moral tinha consciência de sua influência e de seu poder, mesmo que indireto. No entanto, esta estruturação vigente determinada por conseqüências históricas e mantidas pelo Estado começou a ser motivo de insatisfação para esses cidadãos intelectuais que já haviam conseguido o afastamento do domínio religioso para o exclusivo âmbito da moralidade.

Esta divisão entre privado (moral) e público (política) provoca um conflito entre o Estado e os cidadãos emancipados, pois estes defendem sua própria autonomia moral e consideram-se suficientemente esclarecidos para decidirem sobre si mesmos e sobre quaisquer questões que considerem relevantes para seus interesses. O fato de serem reduzidos ao âmbito privado permite que o Estado continue com sua política de caráter oculto, o que muitas vezes ocasionou prejuízos financeiros aos comerciantes burgueses que não tinham acesso direto ao exercício e decisões do Estado absolutista.

O Estado mantinha seu orçamento econômico e suas decisões políticas ocultas para a sociedade civil, mas este acobertamento, próprio do Absolutismo, provocou a

união de várias camadas da sociedade em pontos de encontro livres da ação do Estado. Alguns grupos específicos começam a se reunir em sociedades secretas para conversas e debates dentro de um âmbito que se restringia ao espaço privado. As ações dos cidadãos não podiam invadir o domínio do Estado, pois suas ações podiam ser julgadas pela lei e eles teriam que prestar contas. Desta forma, suas idéias e convicções permaneciam nas esferas privadas, pois, segundo Habermas, “a esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo: o seu público, mesmo enquanto público, ainda continua obrigado a ser interno”, porém, “a luz da razão que se esconde para se proteger, desvela-se passo a passo.” (HABERMAS, 1984, p. 51)

Estes grupos eram compostos por comerciantes, banqueiros, coletores de impostos e homens de negócio. Outras camadas da sociedade também faziam parte destes grupos como alguns aristocratas³, os escritores, os filósofos e os juízes; muitos membros destes grupos possuíam riqueza e prestígio social, porém nenhum deles tinha poderes políticos. Koselleck nos apresenta o seguinte quadro:

Os homens da sociedade, excluídos da política, reuniam-se em locais ‘apolíticos’ – na bolsa de valores, nos cafés ou nas academias – onde se praticavam as novas ciências, [...] ou então nos clubes, onde não podiam estabelecer o direito mas, pelo menos, podiam discutir o direito vigente; nos salões, onde o espírito podia reinar livremente, sem o caráter oficial das cátedras e das chancelarias, ou ainda nas bibliotecas e sociedades literárias, onde se dedicavam à arte e à ciência, mas não à política estatal. (KOSELLECK, 1999, p.60)

Estes locais de encontro permitiam que todos os participantes pudessem emitir livremente suas opiniões, pois todos se conheciam e se sentiam fraternalmente ligados e à vontade para exporem suas idéias. Habermas (1999, p. 08) ressalta que as sociedades secretas somente recrutavam os membros sob a base do voluntariado e praticavam uma comunicação igualitária e direcionada a decisões majoritárias. Nessas sociedades, compostas exclusivamente por burgueses, exercia-se o discurso livre e racional remetendo-se à prática dos princípios democráticos de uma sociedade futura.

Dentre os grupos pertencentes ao domínio da moral estavam os maçons. Estes esperavam um fim do Estado sem a necessidade de violência, acreditavam que apenas com suas ações morais conseguiriam garantir a liberdade e a igualdade. A maçonaria, de

³ A aristocracia ainda possuía prestígio social, mas a riqueza estava concentrada nas mãos dos burgueses. Estas esferas de discussão privadas se formaram em substituição dos espaços de circularidade da nobreza.

acordo com D'Albuquerque (1946), com seus propósitos elevados, fazia recrudescer no povo alentadoras esperanças de melhores dias.

Estas condições sociais, marcadas pela divisão entre uma esfera privada (moral) e uma esfera pública (política), levam necessariamente à prática de uma ação invisível, que vai se tornando mais forte na medida em que a esfera moral deseja a supressão da estrutura política do Estado. A crítica constante praticada pelo seletivo grupo de intelectuais dentro do movimento iluminista surge como consequência da estrutura interna do Absolutismo, e ela será determinante para o papel da esfera pública burguesa dentro da sociedade.

A maçonaria, principal instituição social moral da época, foi o suporte para a criação de uma esfera pública tanto na Europa quanto no Brasil. A ligação entre a maçonaria e os espaços de sociabilidade no Brasil a partir do século XVIII (1790-1889) foi reconhecida no mesmo período da efervescência dos acontecimentos europeus, de forma que aqui também se formou uma esfera pública:

A sociabilidade proporcionada pelas lojas maçônicas contribuiu para a construção e mobilização das diversas forças sociais, não só como canal de divulgação do ideário liberal, mas, sobretudo, como espaço de construção de uma cultura política marcada pela prática do debate, da representação, da elaboração de leis, da substituição do nascimento pelo mérito como fundamento da ordem social e política, constituindo-se, portanto, em esteio para a criação de uma esfera pública civil, fundamental dentro do contexto social do mundo luso-brasileiro. (BARATA, 2006 apud PIMENTA, 2007, p.30)

Os nossos intelectuais burgueses também criaram seus espaços de debates não só para discutir os ideais europeus, mas também os problemas nacionais; o movimento iluminista expandiu-se para os ares de além-mar, e somente após a abertura dos portos em 1809 e a circulação de informações no país é que, de fato, se percebeu a influência dos ideais liberais franceses, das conspirações das sociedades secretas e da consciência de classe, fatores que se refletiram no primeiro movimento de insurreição nacional em 1817, o da Revolução Pernambucana, antes da Independência nacional.

As comunidades secretas desejavam a moralização da política, o que gerou uma crise desencadeada entre a moral e a política, ou seja, entre a sociedade e o Estado, de modo que a crítica adquirisse um caráter político. O Estado Absolutista sentiu-se ameaçado e tentou intervir contra as sociedades secretas, porém não era mais possível

evitar o efeito político que já dava sustentação para a Revolução. D’Albuquerque revela que “nas vésperas da Revolução Francesa, a maçonaria alcançou um poder imenso” (D’ALBUQUERQUE, 1946, p. 49) Neste momento começa a queda do Absolutismo.

Koselleck explica a ordem dos acontecimentos: “o Absolutismo condiciona a gênese do Iluminismo, e o Iluminismo condiciona a gênese da Revolução Francesa.” (KOSELLECK, 1999, p.12-13) A Revolução Francesa foi consequência do movimento iluminista, cuja manifestação se percebia com a politização de uma esfera pública predominantemente literária e crítica da arte. A utilização da imprensa também foi fator determinante para o fortalecimento destes acontecimentos, alguns membros deste movimento iluminista passaram a utilizar a imprensa para a propagação dos novos ideais pregados pelos filósofos do Iluminismo.

Habermas afirma que tanto na Alemanha quanto na França, predominava “uma politização da vida social, a emergência da imprensa de opinião, a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizavam a transformação da função da rede de comunicação pública em plena expansão até meados do século XIX.” (HABERMAS, 1999, p. 8)

A publicidade da opinião pública revela a condição da vida social, ou seja, quando as idéias, informações e opiniões começam a ser tratadas abertamente, elas contrapõem a “idéia de fechamento, de clausura, de proteção, de modo que teríamos, de um lado, a abertura e a disponibilidade e, do outro, a reserva, a discrição, o recato, a oclusão, o segredo.” (GOMES, 2006, p. 52)

A abertura representava um progresso para a elite burguesa que lutava pela transparência do Estado. A opinião pública até então era exposta somente em espaços privados, com muito sigilo e sem pretensões políticas. A partir do desenvolvimento da imprensa escrita, ela passa a assumir função política e sua influência recai sobre o Parlamento inglês, conforme analisa Briggs e Burke:

Os impressos também foram importantes para atrair pessoas e para a conseqüente ampliação da esfera pública. Em 1641, estavam em circulação mais de 20 mil cópias do Grande protesto do Parlamento contra o regime de Carlos I. Relatórios dos debates na Câmara dos Comuns, impressos pela primeira vez, aumentaram a audiência dos discursos parlamentares. A discussão das petições por escrito contribuiu para a cultura democrática, já que elas eram uma forma que as pessoas comuns tinham de participar da política mais

ativamente do que antes, exercendo algum tipo de pressão sobre o Parlamento (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 96).

A imprensa surgia com a simples função opinativa, mas as publicações de jornais e revistas propiciavam a ampliação de uma crítica política, que acontecia com a leitura dos jornais em voz alta nos cafés e que provocava grandes discussões e críticas ao poder político.

4. A ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA

Se de um lado temos a esfera pública burguesa, de outro temos a esfera pública proletária. Os críticos sociais Oskar Negt e Alexander Kluge, em obra conjunta, discutem a constituição de ambas as esferas públicas: a burguesa e a proletária; sendo a esfera pública proletária uma alternativa sobre bases teóricas materialistas. Ambas envolvem conteúdos emancipatórios, porém distintos, e cada uma destas esferas busca, com as peculiaridades que possuem, defender suas formas de integração política que extrapolam a condição de esfera privada.

As esferas privadas englobam a profissão, o lar da família, a empresa, os negócios, etc. De acordo com Oskar Negt e Alexander Kluge (1999) a esfera se torna política quando há a generalização e a reivindicação por um reconhecimento que ultrapassa a situação, sendo assim, os espaços de encontro das pessoas por si mesmas não se tornam esferas públicas e nem políticas.

Conforme Negt, a esfera pública proletária contrapõe-se à esfera pública burguesa, o que nos leva a reconhecer uma *dialética* inspirada no marxismo, na qual a esfera pública proletária não se forma num estado puro, mas numa *permanente situação de luta* com a esfera pública burguesa. Principalmente quando a esfera pública burguesa perde sua função crítica original de “elevar ao claro espaço da razão e da discussão capaz de decisão os interesses dos homens indispensáveis para a emancipação da sociedade” (NEGT, 1984, p. 31) para se inserir num contexto de dominação sobre a esfera proletária. A esfera pública burguesa mantinha seu papel de possuidora do discurso e seus interesses econômicos eram suficientes para que mantivessem o seu status de classe dominante.

A esfera pública fundamenta-se em formas de organização pública de interesses e necessidades que a torna um elemento de controle e integração política. Negt analisou as dimensões entre público e privado através da imagem do *bourgeois* e do *citoyen*: “O *bourgeois* é o homem privado, o empresário que deve defender seus interesses próprios de maneira conseqüente e com alto grau de implacabilidade, sob a ameaça de ser punido pelo desastre econômico.” (NEGT, 1984, p. 32) Ninguém espera que este homem privado em relação ao todo defenda os interesses públicos.

Para esclarecer tal situação Negt utiliza a conhecida máxima: vícios privados, benefícios públicos. Deste modo, o burguês se veste de *cytoen* para concentrar-se no interesse comum quando se sente ameaçado. O *cytoen* é defensor do bem comum, “ele cria as condições gerais sob as quais a concorrência privada é impedida de destruir inteiramente o equilíbrio das forças sociais.” (NEGT, 1984, p.33)

A esfera pública burguesa exerce influência política e utiliza de seu poder para efetivar seus próprios interesses, ainda que estes sejam apresentados como favoráveis aos interesses gerais. Negt nos esclarece: “Ela tornou-se afirmativa, cimentando as relações de dominação e gera um cosmos fechado em si, povoado de repressões e de satisfações compensatórias.” (NEGT, 1984, p. 36)

Assim, a esfera pública burguesa funciona como legitimadora da dominação e se mantém somente se impedir ou controlar o avanço das forças produtivas e o processo de produção, fundamentais para a transformação social e que poderiam ser convertidas em aumento de poder para a esfera proletária. O modelo liberal permite que os interesses estejam sempre em conflito, por isto mantém-se uma luta sempre conduzida estrategicamente. As decisões políticas nem sempre tratam do bem-estar da comunidade, e sim, das regras de manutenção e conquista do poder.

Enquanto a esfera pública burguesa se mantém vinculada a grandes instituições como o exército, parlamento, tribunal, rádio, televisão, e outros meios de poder, a esfera pública proletária conta, em partes, com os meios de comunicação e com a luta dos seus indivíduos para organização dos movimentos sociais através de uma expressão política pública. No meio de suas experiências construídas nas relações de produção, os trabalhadores da esfera pública proletária tomam consciência efetiva dos obstáculos que atrapalham o seu processo de emancipação.

Historicamente, defende Negt, a esfera pública proletária sempre se formou nos lugares em que os homens sofreram necessidades materiais, espirituais ou intelectuais. Nestes espaços eles passam a discutir e a organizar em plena luz do dia os contextos importantes para suas vidas. A esfera pública proletária rompe os espaços e “converte o tempo linear que atomiza os homens num tempo de efetivas relações de vida” (NEGT, 1984, p. 37), a própria escola passa a ser espaço de organização de movimento o que é diferente do uso que a esfera pública burguesa faz dos seus espaços, os quais servem de meio para a circulação de opiniões, conhecimentos e convicções.

A esfera pública burguesa formada por um grupo minoritário que se reduz a um estreito círculo de um público alfabetizado poderia sugerir certo enfraquecimento diante da grande esfera pública proletária que se estabelece enquanto uma maioria oprimida. No entanto, independentemente de uma quantidade mais extensa ou menos extensa de público, a esfera pública proletária em sua busca pela emancipação sempre “choca” com os mecanismos de dominação da esfera pública burguesa. Desta forma, Negt define a dialética afirmando que sempre que os proletários organizam espaços seus ou para si, a burguesia aparece para regular ou dissolvê-los de modo a torná-los ênicos, ou seja, espaços insuportáveis de convivência.

Um dos mecanismos de dominação viria do avanço da tecnologia. Influenciados por Adorno e Horkheimer, Negt e Kluge (1999) se preocupam com o modo como o indivíduo se defronta com a ciência, a técnica e todos os meios que a sociedade produz para a manipulação da consciência com o intuito de frear a emancipação. De acordo com Adorno e Horkheimer, a civilização dominada pela técnica acumula riquezas e transforma em mercadorias as artes, as idéias e os valores espirituais. Este comportamento reflete o fracasso do esclarecimento em proporcionar a emancipação do ser humano. A ilusão das massas e sua conseqüente irracionalidade não são componentes de sua natureza, mas fruto de manipulação e controle provenientes do processo produtivo. Os bens de consumo oferecidos pela Indústria cultural têm como propósito estender ao tempo livre do trabalhador as mesmas relações de dominação encontradas no trabalho.

Habermas, entretanto, desvincula desta análise e passa a sustentar que a experiência capaz de suscitar a emancipação acontece em um campo separado da produção concreta da sociedade. O trabalho é uma atividade instrumental cuja

finalidade está no domínio progressivo da natureza, e a técnica não pode ser contestada sem submeter-se a ela mesma. É preciso, pois, imunizar o poder da técnica através dos meios reflexivos. Para Habermas, a construção da subjetividade depende do distanciamento do indivíduo em relação à esfera do trabalho, distanciamento este produzido pela própria esfera pública por estar imune às contradições do trabalho.

Tanto Habermas quanto Negt e Kluge acreditam na emancipação crítica dos sujeitos, porém a partir de fundamentações diferentes. De um lado, a postura de Habermas através da defesa da normatização a partir de uma guinada lingüística; do outro, Negt e Kluge defendem a base material a partir de revoluções que indicam perspectivas de desenvolvimento humano em oposição à produção capitalista. Enquanto Negt e Kluge apostam na produtividade da cooperação, Habermas acredita na relação entre interação (agir comunicativo regido por normas com validade obrigatória) e trabalho (agir racional com respeito a fins), e defende que a fixação na noção do trabalho impede a identificação e as práticas comunicativas.

No entendimento de Habermas, o que é determinante é o argumento racional, e não o poder e os privilégios, a classe social ou qualquer outro tipo de influência. Uma vontade individual ou de grupos não pode ser imposta, por isto, as vontades individuais precisam ser transformadas em uma vontade geral. Esta deve ser construída racionalmente. Sendo assim, o caminho para uma autêntica esfera pública seria a construção de uma opinião pública que leve a uma tomada de decisões que atendam a esta vontade geral.

REFERÊNCIAS

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fakpesp, 2006. 338 p.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – De Gutenberg à Internet*. São Paulo: Zahar, 2006.

D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A Maçonaria e a Grandeza do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1946.

DEMIROVIC, Alex. *A hegemonia e o paradoxo do público e do privado: contribuição à crítica do conceito habermasiano de espaço público*. Trad. Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

GOMES, Wilson. A comunidade como projeto identitário. In: Maia, Rousiley & Castro, Maria Ceres P. S. (Org.). *Mídia, Esfera Pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 49-61

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública - Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

_____. O “espaço público”: 30 anos depois. Trad. V. L. C. Westin, L. Lamounier. *Caderno de Filosofia da ciências humanas*. Belo Horizonte: v. VII, nº. 12, abril, 1999. 25 p.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ Contraponto, 1999. 256 p.

NEGT, Oskar. *Dialética e História. Crise e renovação do marxismo*. Tradução e apresentação Ernildo Stein. Editora Movimento. Porto Alegre, RS. 1984.

NEGT, Oskar & KLUGE, Alexander. *O que há de político na política? Relações de medida em política. 15 propostas sobre a capacidade de discernimento*. Tradução João Azenha Júnior. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.